

COMANDO DA 17 BRIG.DE INFANTARIA DE SELVA/RO

Estudo Técnico Preliminar 16/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64315.001510/2026-81

2. Descrição da necessidade

O Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva necessita modernizar seus ambientes institucionais de reunião, instrução e apresentação, em especial o auditório principal, o auditório do CCOP e a sala de reunião do Comandante, de modo a assegurar condições adequadas para a realização de atividades administrativas, estratégicas, instrucionais e cerimoniais com qualidade audiovisual compatível com as demandas atuais da Administração Pública.

Atualmente, o auditório principal opera com projetor de baixa capacidade luminosa, cobertura sonora insuficiente e ausência de solução corporativa adequada de videoconferência, situação que prejudica apresentações, palestras, instruções, reuniões híbridas e eventos institucionais. De igual modo, os demais ambientes contemplados apresentam limitações relacionadas à exibição de conteúdo, captação de áudio e vídeo, inteligibilidade sonora e integração entre equipamentos, o que compromete a eficiência da comunicação interna e externa da Organização Militar.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação é necessária para elevar a capacidade operacional dos ambientes institucionais, reduzir falhas de comunicação, ampliar a efetividade das reuniões e instruções, melhorar a interação com órgãos externos e permitir maior confiabilidade técnica na realização de eventos oficiais. A não contratação mantém o atual quadro de defasagem tecnológica, com perda de eficiência administrativa, maior dificuldade em reuniões híbridas, limitação da capacidade de instrução e risco de descontinuidade operacional em atividades que dependem de recursos audiovisuais.

Foram consideradas, no levantamento de soluções, as alternativas de **aquisição e locação** dos equipamentos. Para o cenário da 17ª Bda Inf SI, caracterizado por uso permanente, cotidiano e institucional dos ambientes, a aquisição mostrou-se mais aderente ao interesse público, por possibilitar incorporação patrimonial, padronização do parque tecnológico, maior autonomia de gestão, previsibilidade orçamentária e melhor aproveitamento do ciclo de vida dos bens. A locação, embora possível em tese, não se revelou a solução mais vantajosa para ambientes de uso contínuo.

Também foram considerados aspectos de sustentabilidade, mediante priorização de solução com maior vida útil, menor necessidade de substituições frequentes, racionalização de deslocamentos por meio de videoconferências, adoção de processamento administrativo eletrônico e observância, na execução contratual, de diretrizes de descarte e gerenciamento de resíduos, além de boas práticas ambientais aplicáveis. Nessa perspectiva, a contratação atende ao interesse público não apenas sob o enfoque funcional, mas também sob a ótica da eficiência administrativa e do desenvolvimento nacional sustentável.

2.1 Justificativa do grau de prioridade da contratação

A presente contratação possui **grau de prioridade alto**, tendo em vista que se destina à modernização do auditório principal, do auditório do CCOP e da sala de reunião do Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, ambientes utilizados de forma recorrente para reuniões de coordenação, atividades administrativas, instruções, treinamentos, apresentações institucionais, eventos oficiais e videoconferências. O ETP já registra que os espaços atualmente apresentam limitações tecnológicas relevantes, como baixa capacidade luminosa de projeção, cobertura sonora insuficiente e ausência ou inadequação de recursos de videoconferência compatíveis com o padrão corporativo necessário, o que compromete a efetividade da comunicação institucional e a condução de reuniões híbridas e atividades estratégicas.

A prioridade da contratação decorre, portanto, do impacto direto dessas deficiências sobre a eficiência administrativa, a qualidade das instruções militares, a interlocução com outros comandos, órgãos governamentais e parceiros institucionais, bem como sobre a adequada realização de eventos e processos decisórios no âmbito da Organização Militar. A manutenção do cenário atual prolonga limitações que afetam a produtividade, a clareza das comunicações, a confiabilidade técnica dos ambientes e a capacidade da Brigada de planejar, coordenar e executar suas missões com o nível de suporte audiovisual hoje exigido. Por essa razão, a contratação deve ser tratada como prioritária no planejamento administrativo, por se vincular diretamente ao interesse público, à continuidade das atividades institucionais e à necessidade de adequação tecnológica dos ambientes de uso permanente da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxerifado	Túlio Gustavo Oliveira de Brito

4. Necessidades de Negócio

A 17ª Brigada de Infantaria de Selva necessita modernizar seu auditório e salas de reunião a fim de garantir condições adequadas para a realização de atividades estratégicas, instrucionais e administrativas que exigem recursos audiovisuais de alta qualidade. Atualmente, esses ambientes apresentam limitações tecnológicas que impactam diretamente a efetividade das operações e da comunicação institucional.

O auditório encontra-se equipado com um projetor de baixa capacidade luminosa, sistema de som insuficiente, composto por apenas uma caixa acústica, e não dispõe de um sistema de videoconferência corporativo confiável. Essas deficiências comprometem a condução de instruções, palestras, treinamentos, reuniões de coordenação e eventos oficiais, especialmente em um contexto em que a interação híbrida (presencial e remota) se tornou indispensável para o cumprimento das missões militares.

Da mesma forma, as salas de reunião carecem de telas apropriadas para apresentações e de equipamentos de videoconferência modernos, o que limita a qualidade das decisões táticas e administrativas, bem como a interlocução com outros comandos, órgãos governamentais e parceiros institucionais.

Diante desse cenário, a modernização se mostra essencial para elevar a capacidade operacional e a eficiência das atividades da Brigada. A adoção de painéis de LED, sistemas profissionais de videoconferência, projetores de alta luminosidade, caixas de som adequadas e demais equipamentos audiovisuais atualizará os ambientes aos padrões tecnológicos atuais, garantindo comunicações mais claras, agilidade nos processos decisórios e maior qualidade nas instruções militares.

Assim, a necessidade de negócio fundamenta-se na busca por ambientes modernos, funcionais e alinhados às demandas estratégicas da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, fortalecendo sua capacidade de planejar, coordenar e executar suas missões com excelência.

Justificativa da Classificação como Serviço Comum

A solução de videoconferência a ser adquirida enquadra-se como bem comum, uma vez que possui especificações usuais de mercado, amplamente ofertadas por diversos fornecedores e passíveis de descrição objetiva no instrumento convocatório.

Os equipamentos que compõem a solução, tais como câmera de videoconferência, microfones, alto-falantes, codec ou sistema integrado, além dos acessórios necessários para funcionamento, apresentam padrões técnicos consolidados, com desempenho e características facilmente comparáveis entre diferentes fabricantes.

Além disso, trata-se de tecnologia amplamente difundida no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), permitindo a definição clara de requisitos mínimos de qualidade, desempenho, conectividade e compatibilidade, sem restringir a competitividade entre fornecedores.

Dessa forma, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente disponíveis no mercado, a solução de videoconferência caracteriza-se como bem comum, possibilitando sua contratação por meio de procedimento licitatório adequado, conforme disposições da Lei nº 14.133.

Justificativa da não escolha do Sistema Registro de Preços

A presente contratação não será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de conjunto de equipamentos de videoconferência, com quantitativos previamente definidos, destinados a atender demanda específica desta Organização Militar.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços é recomendado para situações em que haja necessidade de contratações frequentes, demandas futuras incertas ou aquisições parceladas ao longo do período de vigência da ata, especialmente quando não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser contratado.

Entretanto, no presente caso, a necessidade administrativa apresenta caráter pontual e plenamente definido, sendo possível estabelecer com precisão o quantitativo necessário para atendimento da demanda.

Ressalta-se, ainda, que a Unidade Gestora dispõe de recursos orçamentários disponíveis para a realização da aquisição, possibilitando a contratação imediata do objeto pretendido.

Adicionalmente, verifica-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços não se mostra mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que não há previsão de contratações futuras do mesmo objeto no curto prazo, nem necessidade de aquisições parceladas ao longo do tempo.

Dessa forma, considerando que o objeto possui quantidade certa, necessidade específica, disponibilidade orçamentária e entrega prevista em contratação única, conclui-se que a realização de procedimento licitatório específico apresenta-se mais adequada e eficiente para atendimento do interesse público, não se justificando a adoção do Sistema de Registro de Preços no presente caso.

Justificativa para Certificado de capacidade técnica

A exigência de atestado de capacidade técnica é medida indispensável para assegurar que a empresa contratada detenha experiência e qualificação suficientes para a adequada execução do objeto licitado, estrutura operacional, logística ou capacidade gerencial relevantes. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá exigir dos licitantes a apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Nesse contexto, a exigência de um ano de garantia na instalação dos itens licitados, e suficiente por meio de atestado técnico visa assegurar que o licitante possua experiência concreta na execução de objeto com porte e complexidade similares, reduzindo riscos de inadimplência contratual, atrasos na entrega, falhas operacionais ou descumprimento de padrões técnicos exigidos. Tal exigência tem como objetivo proporcionar maior segurança ao gestor, à equipe de planejamento e demais agentes públicos envolvidos no processo licitatório, pois minimiza riscos de problemas durante a execução dos contratos resultantes do registro de preços, garantindo a entrega dos bens de acordo com os padrões exigidos, com a qualidade e no prazo estabelecidos. Além disso, esta medida oferece maior previsibilidade para o contratante, protegendo seus interesses e contribuindo para o sucesso do processo licitatório. Portanto, esta medida reflete uma prática prudente e necessária para assegurar a competitividade, a lisura e a eficiência na execução dos contratos administrativos, com plena observância dos princípios da Administração Pública.

Justificativa para a Qualificação Econômica Financeira

A exigência de qualificação econômica-financeira, por meio da apresentação do balanço patrimonial, visa assegurar que as empresas participantes do processo licitatório tenham condições financeiras suficiente para cumprir com as obrigações contratuais em um contrato de registro de preços. De acordo com o art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021a Lei Federal 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, a comprovação de uma base financeira sólida é exigência legal para garantir a execução eficaz do contrato, a segurança jurídica para a Administração Pública e o cumprimento dos termos acordados. Neste contexto, será exigido que a empresa apresente balanço patrimonial comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), e para as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de

habilitação 8% (oito por cento) do patrimônio líquido mínimo, no mínimo valor total estimado do item do qual o licitante estiver se habilitando. Tal exigência tem como objetivo proporcionar maior segurança ao gestor, à equipe de planejamento e aos demais agentes públicos envolvidos no processo licitatório, ao mesmo tempo em que assegura a isonomia e a vantajosidade para a Administração Pública. A exigência de que o balanço patrimonial da empresa vencedora seja de no mínimo 8% (oito) do valor do item tem como objetivo principal reduzir os riscos de inadimplência e assegurar que a empresa possua recursos suficientes para cumprir com suas obrigações contratuais. A comprovação de uma sólida saúde financeira também minimiza os riscos de problemas durante a execução dos contratos resultantes do registro de preços, garantindo a entrega dos bens de acordo com os padrões exigidos, com a qualidade e no prazo estabelecidos. A adoção deste critério de habilitação financeira também visa garantir que as empresas participantes do registro de preços estejam aptas a enfrentar eventuais imprevistos ou dificuldades econômicas, sem comprometer a execução das futuras e eventuais aquisições, além disso, esta medida oferece maior previsibilidade para o contratante, protegendo seus interesses e contribuindo para o sucesso licitatório. Portanto, a exigência do balanço patrimonial como critério de qualificação financeira não apenas atende a requisitos legais, mas também reflete uma prática prudente e necessária para assegurar a competitividade, a lisura e a eficiência na execução dos contratos administrativos, com plena observância dos princípios da Administração Pública.

Justificativa para a não exigência de garantia de proposta

Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir dos licitantes a prestação de garantia de proposta, desde que devidamente justificada no processo licitatório. Trata-se, portanto, de uma faculdade da Administração, e não de obrigação, devendo sua adoção observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade, conforme a natureza e os riscos do objeto contratado.

No caso em análise, referente aquisição de equipamentos de videoconferência (solução de TIC), não se verifica a necessidade de exigir garantia de proposta. O objeto é classificado como aquisição de equipamentos comum, enquadrado na modalidade pregão, conforme o art. 20º da Lei nº 14.133/2021, o que pressupõe procedimento célere, padronizado e de ampla competitividade.

Além disso, não há evidências de risco significativo de descumprimento das propostas apresentadas pelos licitantes que justifique a imposição de tal garantia. A exigência, neste caso, poderia representar restrição à competitividade, contrariando o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que asseguram a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

Dessa forma, considerando a natureza comum do objeto; a modalidade adotada (pregão); o baixo risco de inadimplemento injustificado das propostas, conclui-se que não há necessidade de exigir garantia de proposta neste certame, em observância aos princípios da proporcionalidade, economicidade e ampla competitividade.

Justificativa para a não utilização do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte

Art. 47. da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, onde nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

A não aplicação do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte, previsto no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 se nos incisos II e III do art. 49 da mesma Lei, que permitem à Administração Pública deixar de aplicar tal benefício quando não for vantajoso ao interesse público ou quando a natureza do objeto exigir capacitação técnica ou operacional incompatível com o porte das ME e EPP.

No caso em questão, a aquisição de equipamentos de videoconferência para a solução de TIC demanda de especialização técnica, para a instalação trata-se de solução única composta de equipamentos, instalação e configuração, não será aplicada margem de preferência na presente contratação, uma vez que não se enquadra no DECRETO Nº 11.890, DE 22 DE JANEIRO DE 2024.

Além disso, o objeto não é indivisível, sendo necessário garantir continuidade, segurança e padronização na instalação, o que inviabiliza o fracionamento ou a execução por diferentes prestadores.

Dessa forma, considerando a incompatibilidade entre as exigências técnicas do material e o porte empresarial das ME e EPP, bem como a necessidade de assegurar a plena execução contratual com segurança operacional e eficiência, justifica-se a não aplicação do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, com base nos incisos II e III do art. 49 do mesmo diploma legal.

JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO (MODO DE DISPUTA ABERTO E CRITÉRIO MENOR PREÇO) – SOLUÇÃO DE TIC (AUDIOVISUAL)

A escolha da modalidade **pregão eletrônico**, com **modo de disputa aberto** e **critério de julgamento pelo menor preço**, para a contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), consistente na aquisição de materiais e equipamentos audiovisuais, encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SGD /ME nº 94/2022, bem como nas boas práticas de governança em contratações públicas de TIC.

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade adequada para aquisição de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório. No presente caso, os equipamentos audiovisuais de TIC (tais como câmeras, microfones, codecs, displays, sistemas de videoconferência, entre outros) possuem especificações técnicas usuais de mercado, passíveis de descrição objetiva e padronizada, conforme levantamento realizado na fase de planejamento da contratação.

Adicionalmente, a **IN nº 94/2022**, que disciplina o processo de contratação de soluções de TIC no âmbito da Administração Pública Federal, orienta que a escolha da solução e da estratégia de contratação deve considerar a padronização, a disponibilidade no mercado e a viabilidade de competição. Nesse sentido, a solução pretendida não demanda desenvolvimento sob encomenda, tampouco envolve serviços predominantemente intelectuais ou de inovação, caracterizando-se como fornecimento de bens comuns de TIC.

A adoção do **pregão eletrônico** se justifica pelos seguintes fatores:

Ampliação da competitividade, permitindo a participação de fornecedores em âmbito nacional, em consonância com o princípio da isonomia;

Maior economicidade, decorrente da disputa dinâmica de lances em ambiente eletrônico;

Transparência e controle, com registro integral das etapas do certame em sistema informatizado;

Aderência às diretrizes de governo digital, conforme políticas públicas de modernização das contratações.

No que tange ao **modo de disputa aberto**, previsto na Lei nº 14.133/2021, sua utilização é adequada ao objeto, pois:

Favorece a competição direta por meio de lances públicos e sucessivos;

É recomendado para mercados com ampla oferta e baixa complexidade técnica relativa, como o de equipamentos audiovisuais;

Potencializa a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

Quanto ao **critério de julgamento pelo menor preço**, sua adoção é plenamente justificável, tendo em vista que:

O objeto é composto por bens comuns de TIC, com especificações técnicas previamente definidas e suficientes para garantir a qualidade esperada;

Não há necessidade de avaliação técnica comparativa entre propostas, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos;

O critério assegura objetividade no julgamento, reduzindo riscos de subjetividade e aumentando a segurança jurídica do certame.

Importante destacar que, conforme preconiza a IN nº 94/2022, a fase de planejamento da contratação contemplou a análise de mercado, a definição clara dos requisitos da solução e a avaliação de riscos, concluindo-se pela viabilidade de competição ampla e pela adequação da contratação de solução padronizada.

Conclusão:

Diante do exposto, a adoção da modalidade **pregão eletrônico**, com **modo de disputa aberto** e **critério de julgamento pelo menor preço**, mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da IN nº 94/2022, sendo a estratégia mais eficiente para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa na aquisição de materiais e equipamentos audiovisuais de TIC.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

Trata-se de análise quanto à aplicação de **margem de preferência para bens manufaturados nacionais** no âmbito do presente processo licitatório, à luz da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.890/2024 e da Resolução Seges nº 4, de 18 de outubro de 2024.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 26, faculta à Administração Pública a concessão de margem de preferência para bens manufaturados nacionais e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Trata-se, contudo, de medida **discricionária**, cuja adoção depende de avaliação prévia de conveniência e oportunidade, devidamente motivada.

O Decreto nº 11.890/2024 regulamenta a matéria e estabelece que a aplicação da margem de preferência deve ser precedida de **estudos técnicos que demonstrem sua vantajosidade**, bem como sua compatibilidade com os princípios da economicidade, competitividade e isonomia. No mesmo sentido, a Resolução Seges nº 4/2024 reforça a necessidade de fundamentação expressa, com análise dos impactos da medida no mercado e na contratação.

No caso em análise, a fase de planejamento da contratação contemplou levantamento de mercado e análise das condições de fornecimento do objeto, tendo sido identificados os seguintes aspectos relevantes:

Ampla oferta de produtos, inclusive de origem estrangeira, com significativa variação de preços e fornecedores;

Mercado competitivo e sensível a preço, no qual a disputa tende a gerar ganhos relevantes de economicidade para a Administração;

Ausência de elementos técnicos que comprovem a vantajosidade da aplicação da margem de preferência, considerando o risco de elevação artificial dos preços contratados;

Possível restrição à competitividade, caso a margem seja aplicada, reduzindo o universo de propostas potencialmente mais vantajosas;

Suficiência das especificações técnicas para garantir a qualidade do objeto, independentemente da origem do produto, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Nesse contexto, a eventual aplicação da margem de preferência mostrou-se incompatível com a modelagem adotada de licitação por grupo, uma vez que nem todos os itens do referido grupo se enquadram na referida margem de referência, sendo que a adoção do benefício poderia comprometer a padronização e a interoperabilidade da solução.

Adicionalmente, verifica-se que a aplicação da margem de preferência, no presente caso, não se mostra essencial para o atendimento de políticas públicas específicas nem para a mitigação de riscos estratégicos relacionados ao fornecimento, não havendo evidência de benefício concreto que supere os potenciais impactos negativos sobre a economicidade e a competitividade do certame.

Dessa forma, considerando que a legislação vigente exige a demonstração de vantajosidade como condição para adoção da margem de preferência, e diante da inexistência de elementos técnicos que sustentem tal conclusão, entende-se que sua aplicação, neste caso, não se revela adequada.

Conclusão:

Ante o exposto, conclui-se pela **não aplicação de margem de preferência para bens manufaturados nacionais** no presente processo licitatório, por ausência de comprovação de vantajosidade e diante do risco de restrição à competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da economicidade, isonomia e eficiência, conforme a Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.890/2024 e a Resolução Siges nº 4/2024.

5. Necessidades Tecnológicas

Implantar um painel de LED moderno que ofereça alta luminosidade, resolução superior e ampla área de visualização, garantindo clareza nas apresentações, confiabilidade operacional e suporte a conteúdos dinâmicos em eventos, reuniões e instruções.

Adotar um sistema de videoconferência com câmeras 360° que proporcione captura integral do ambiente, áudio e vídeo de alta qualidade e interação fluida, garantindo reuniões híbridas mais eficientes, participativas e alinhadas aos padrões modernos de comunicação corporativa.

Implementar projetores com tecnologia laser que ofereçam maior brilho, precisão de cores, baixo custo de manutenção e longa vida útil, garantindo projeções nítidas e confiáveis para apresentações e instruções em diversos ambientes.

Instalar caixas de som do tipo array que proporcionem melhor distribuição sonora, maior clareza na fala e cobertura uniforme do ambiente, garantindo qualidade acústica adequada para eventos, reuniões e apresentações.

Adotar uma mesa de som digital que permita controle preciso dos canais, melhor gerenciamento de áudio, maior flexibilidade operacional e integração com sistemas modernos, garantindo qualidade sonora profissional em eventos e apresentações.

Implantar Smart TVs acima de 85 polegadas para substituir telas de projeção, oferecendo maior nitidez, brilho superior, operação simplificada e melhor visualização de conteúdos, garantindo apresentações mais eficientes e de alta qualidade.

Declara-se que o presente Estudo Técnico Preliminar, no que couber, **atende às especificidades estabelecidas para aquisição de bens de TIC**, especialmente ao item 8 do Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, tendo sido observadas, ainda, as recomendações constantes do Anexo III, letra “C”, do parecer jurídico.

Declara-se, igualmente, que as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e seus anexos foram definidas com fundamento em necessidade administrativa concreta, em critérios técnicos objetivos, na compatibilidade entre os componentes da solução e na busca da melhor adequação ao uso institucional pretendido, **constituindo requisitos mínimos necessários para contratação segura e eficiente**, sem direcionamento indevido, sem restrição injustificada à competitividade e sem condução do certame a fabricante, marca, modelo, produto ou fornecedor determinados.

As exigências adotadas possuem natureza funcional e de desempenho, voltadas à obtenção de qualidade mínima, compatibilidade operacional, confiabilidade técnica, padronização de uso e adequada manutenção da solução, em conformidade com a legislação pertinente.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Requisitos de Capacitação

O fornecedor deve fornecer capacitação técnica operacional e administrativa para ao menos:

Equipes de TI (administração, suporte e monitoramento da solução).

Representantes setoriais ou usuários-chave (uso funcional da solução).

A capacitação deve incluir material didático e certificado de conclusão.

O treinamento deverá ser presencial, com carga horária mínima de 4 horas especificada em edital.

Deverá ser executada por um profissional certificado pelo fabricante dos produtos em entregues.

Requisitos de Suporte, Manutenção e Garantia

A solução deverá contar com suporte técnico especializado por período mínimo de 36 meses, renovável conforme necessidade do contrato.

Atendimento com SLA (Acordo de Nível de Serviço) definido para:

- Incidentes críticos (ex.: sistema indisponível)
- Demandas de baixa prioridade (ex.: ajustes e dúvidas técnicas)

Fornecimento de atualizações de software e segurança durante o período de garantia.

Garantia mínima de 12 meses para os componentes físicos eventualmente fornecidos (se houver) e 36 meses para suportes técnico necessários.

A empresa proponente deve comprovar experiência prévia comprovada na implantação de soluções de TIC em órgãos públicos ou privados.

Apresentar atestado de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Requisitos de Conformidade e Sustentabilidade

A solução deve estar em conformidade com:

- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
- Normas de segurança da informação da Administração Pública (e.g. Instruções Normativas da SEGES/ME e do GSI /PR)
- Priorizar soluções que promovam eficiência energética e uso racional de recursos computacionais, quando aplicável.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Para a elaboração deste processo, os recursos necessários foram estruturados em serviços, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Estimativa da demanda

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
1	01	Painel de LED Indoor de Alta Definição	01
	02	Processadora / Controladora para Painel de LED	01
	03	Notebook para Controle de Sistemas Audiovisuais	03
	04	Webcam PTZ 4K com Rastreamento Inteligente	05

05	Sistema de Som Line Array Ativo (conjunto)	04 pares
06	Projektor Multimídia de Alta Luminosidade	01
07	Smart TV 85" 4K	01
08	Mesa de Som Digital Profissional	03

Como os itens serão agrupados devido à natureza da solução a ser contratada, tendo em vista a compatibilidade de conexões entre os, o quantitativo dos itens não terá cotas EXCLUSIVOS ME/EPP, sendo que a promoção de parcelamento no objeto além do que já foi elaborado não é tecnicamente viável, devido ao potencial conflito de prestador de serviço na instalação dos equipamentos, dificultando o acionamento dos serviços de suporte e garantia, além disso, haveria perda da economia de escala.

Em especial, no que se refere aos equipamentos e suas características técnicas, é de se considerar que o agrupamento proposto atende aos requisitos de facilitar a usabilidade, proporcionando maior uniformidade de uso por parte dos usuários. Uma eventual pulverização dos aparelhos entre modelos de diferentes fabricantes certamente traria confusão e dificuldade de uso ao usuário final, algo que fere um dos requisitos propostos pelo Documento de Formalização de Demanda, qual seja, a possibilidade de uso diretamente pelos usuários finais, sem necessidade de intervenção do suporte técnico. Além disso, o parcelamento proposto se alinha ao princípio da padronização previsto na alínea a do inciso V do art. 40 da Lei 14.133/21.

Auditório principal

o Auditório principal mede aproximadamente 17,70 m X 11,70m totalizando 207 (duzentos e sete) metros quadrados com capacidade para 134 pessoas, sendo que a solução de TIC será instalada com os seguintes equipamentos:

01 (um)Painel de LED Indoor de Alta Definição ; 01 (uma) Processadora / Controladora para Painel de LED; 02 (dois) pares Sistema de Som Line Array Ativo; 03 (três) Webcam PTZ 4K com Rastreamento Inteligente; 01 (um) Notebook para Controle de Sistemas Audiovisuais; 01 (uma) Mesa de Som Digital Profissional, conforme figura nr 1, e figura nr 2.

Figura Nr 1

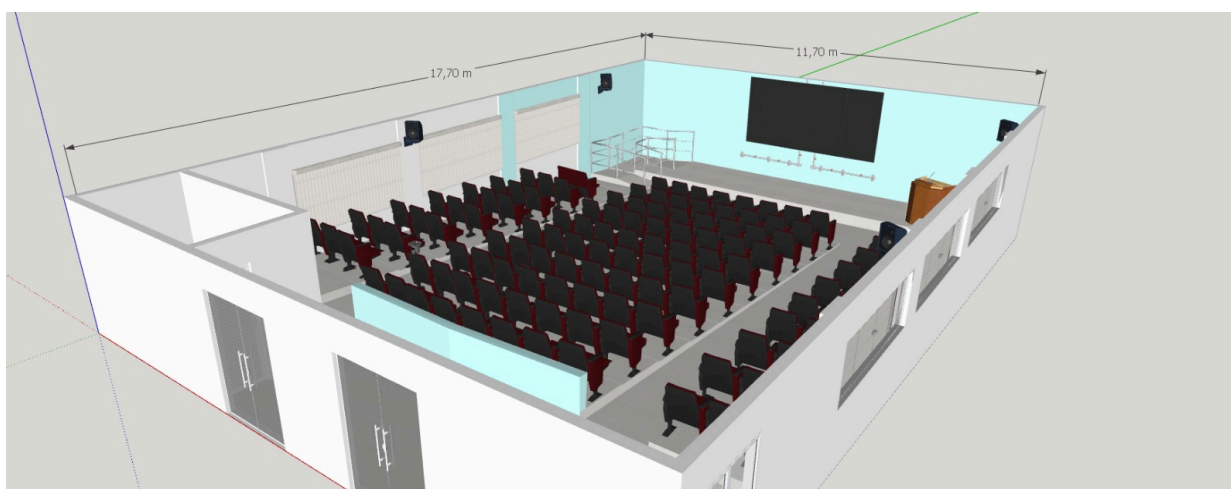
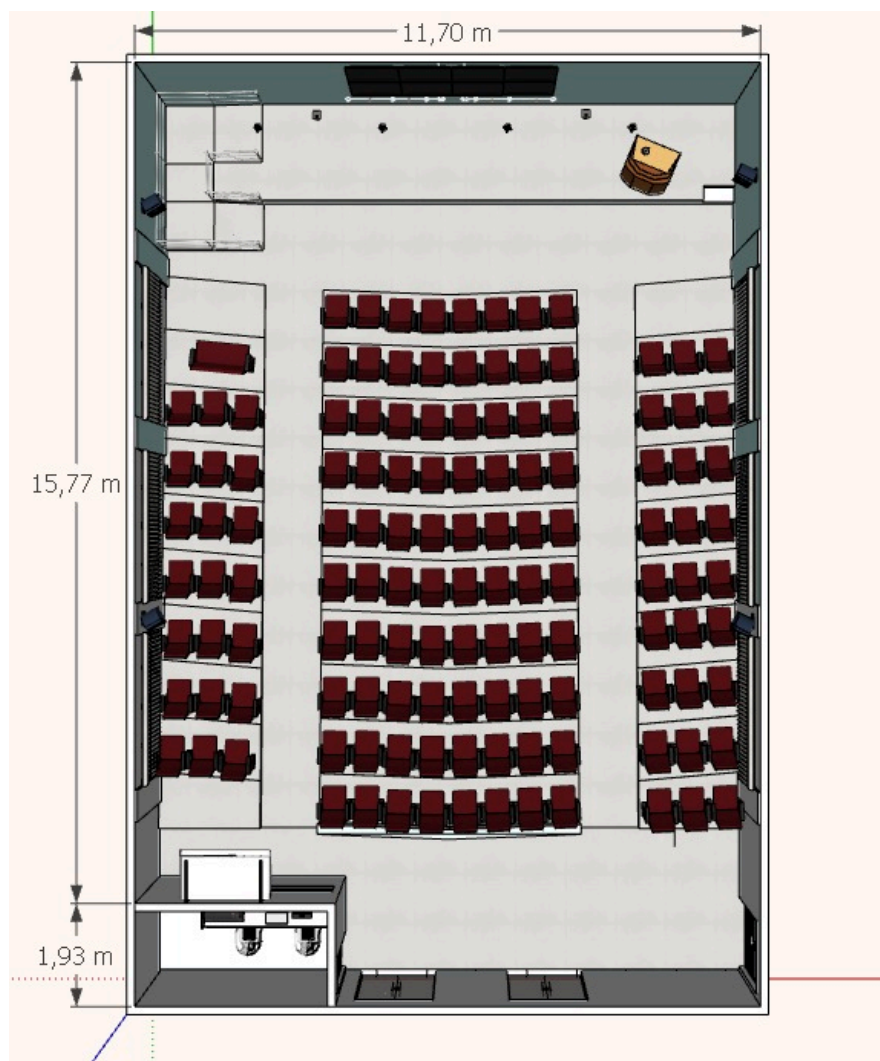


Figura Nr 2



Sala de Reunião:

A Sala de reunião do Comandante tem aproximadamente 3,97m X 8,40 m, totalizando 33 (trinta e três) metros quadrados, com capacidade para 10 pessoas, sendo que a solução de TIC será instalada com os seguintes equipamentos:

01 (uma) Smart TV 85" 4K; 01 (um) par Sistema de Som Line Array Ativo; 01 (uma) Webcam PTZ 4K com Rastreamento Inteligente; 01 (um) Notebook para Controle de Sistemas Audiovisuais; 01 (uma) Mesa de Som Digital Profissional, conforme figura nr 3 e figura 4.

Figura Nr 3

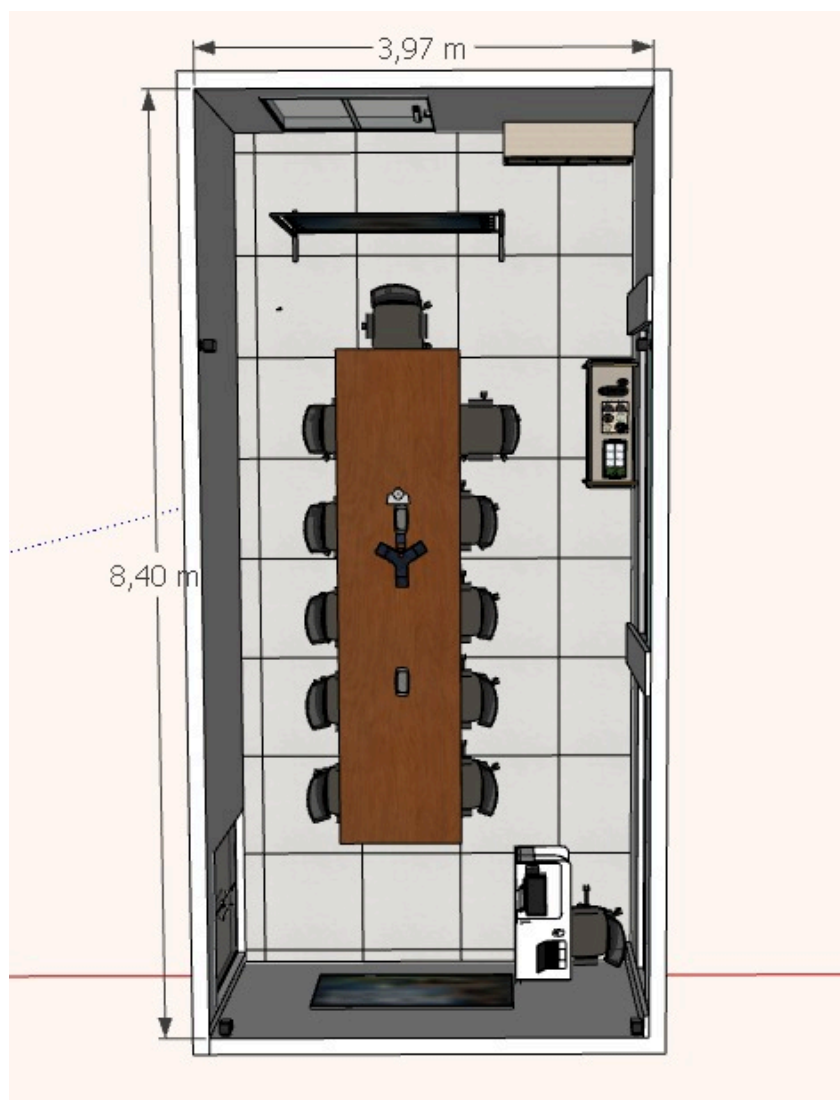
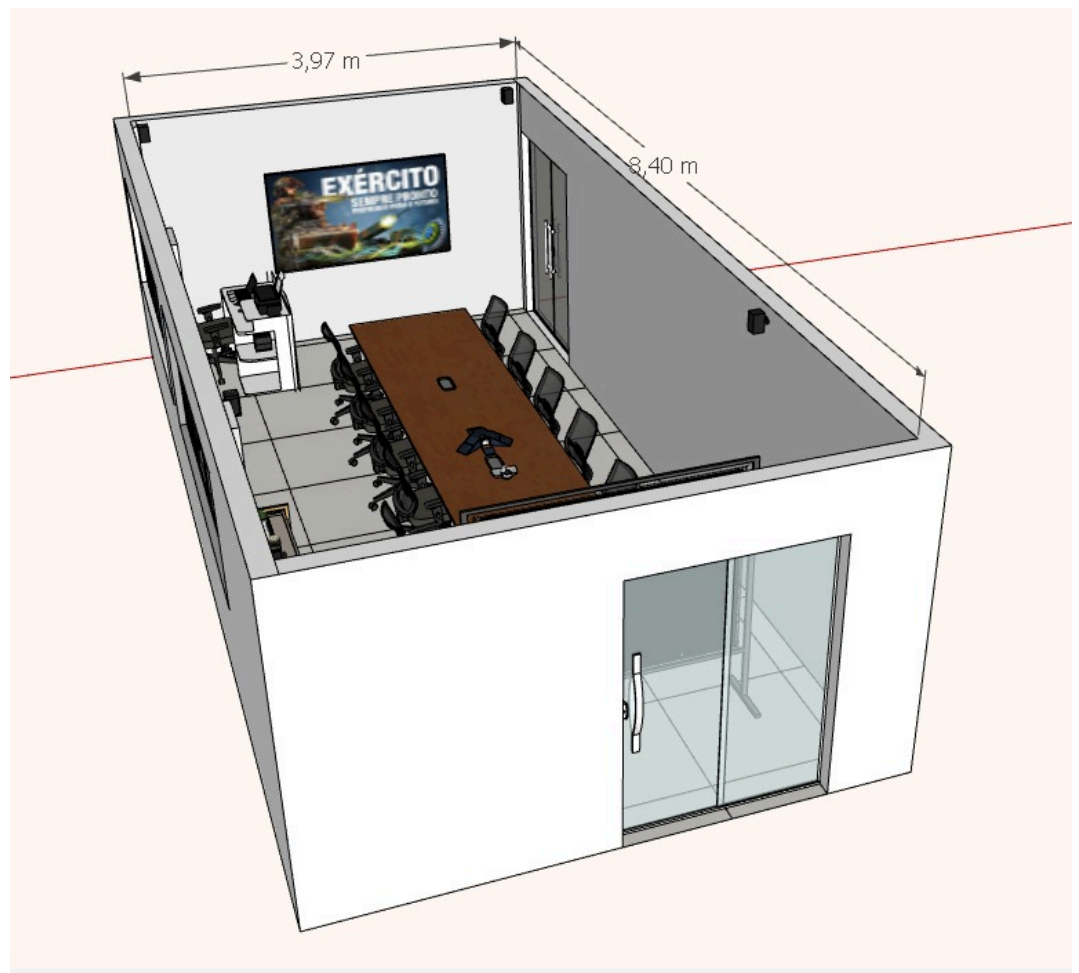


Figura Nr 4



Auditório do CCOP:

o Auditório do CCOP mede 4,92 m X 15,30 m, totalizando 75 (setenta e cinco) metros quadrado, com capacidade para 45 pessoas, sendo que a solução de TIC, será instalada com os seguintes equipamentos:

01 (um) Projetor Multimídia de Alta Luminosidade; 01 (um) par Sistema de Som Line Array Ativo; 01 (uma) Webcam PTZ 4K com Rastreamento Inteligente; 01 (um) Notebook para Controle de Sistemas Audiovisuais; 01 (uma) Mesa de Som Digital Profissional, conforme figura nr 5 e figura nr 6

Figura Nr 5

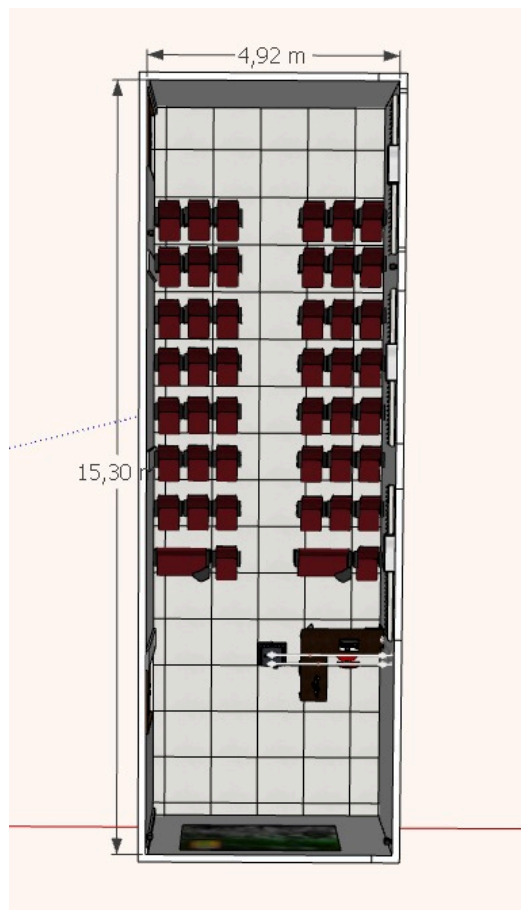


Figura Nr 6



8. Manifestação sobre software e diretrizes

Embora o objeto seja predominantemente composto por bens de TIC e equipamentos audiovisuais, a solução contempla, no que couber, componentes lógicos e softwares embarcados ou nativos de operação, gerenciamento, controle, atualização e integração dos equipamentos. Em razão disso, foram observadas, no que forem aplicáveis ao caso concreto, as diretrizes constantes do Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022 e da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

No planejamento da contratação, foram considerados os seguintes aspectos: necessidade de compatibilidade entre hardware e software nativo dos equipamentos; mitigação de dependência tecnológica excessiva; busca de interoperabilidade entre os componentes da solução; possibilidade de atualização e suporte durante o período de garantia; e preservação da continuidade operacional dos ambientes institucionais.

A solução foi estruturada de modo a privilegiar especificações funcionais e de desempenho, evitando, sempre que possível, amarras indevidas a ecossistemas proprietários específicos. Eventuais componentes proprietários serão aceitos apenas quando inerentes ao funcionamento regular do equipamento e desde que não comprometam a competitividade, a manutenção futura ou a substituição tecnológica em ciclos posteriores.

9. Manifestação sobre estações de trabalho

Considerando que a contratação abrange **notebooks para controle dos sistemas audiovisuais**, registra-se que tais equipamentos serão utilizados como estações de trabalho dedicadas à operação, configuração, apresentação e gerenciamento da solução instalada nos ambientes contemplados. Nesse contexto, foram observadas, no que couber, as diretrizes aplicáveis ao modelo de contratação e gestão de estações de trabalho previstas na Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023.

Os notebooks previstos não se destinam ao uso administrativo genérico e indiscriminado, mas ao suporte operacional da solução audiovisual, razão pela qual suas especificações foram definidas com base em requisitos mínimos de desempenho, conectividade, compatibilidade e confiabilidade necessários à finalidade pretendida, vedado qualquer direcionamento indevido a fabricante ou modelo específico.

10. Levantamento de soluções

Identificação das Soluções

Para realizar este estudo e identificar o panorama do mercado visando a definição do tipo e da solução a ser contratada, observa-se que o mercado de equipamentos para esse estudo é predominantemente caracterizado por dois tipos principais de soluções. Estes são detalhados a seguir:

Tabela 2 – Levantamento de soluções de serviço

Nº	SOLUÇÃO
1	Aquisição de equipamentos: consiste na compra definitiva dos equipamentos tecnológicos, incluindo painéis de LED, sistemas de videoconferência, projetores laser, caixas de som, mesas de som digitais e Smart TVs. Nesse modelo, os bens passam a integrar o patrimônio da instituição, permitindo uso contínuo, personalização das instalações e autonomia total na operação, manutenção e atualizações futuras.

2	Locação de equipamentos: consiste na obtenção temporária dos mesmos equipamentos por meio de contrato de aluguel, garantindo acesso à tecnologia sem a necessidade de investimento inicial elevado. Nesse formato, a responsabilidade por manutenção, substituição e suporte técnico geralmente fica a cargo da empresa locadora, permitindo flexibilidade e atualização tecnológica contínua durante o período contratado.
---	--

11. Análise comparativa de soluções

Para as soluções apresentadas segue tabela com análise comparativa com pontos positivos e negativos.

Tabela 3 – Análise comparativa de pontos positivos e negativos.

Crítérios	Aquisição de equipamentos	Locação de Equipamentos
Custo a longo prazo	Mais econômico , investimento único com uso por vários anos.	Custo recorrente que pode superar o valor de compra.
Patrimônio	incorpora os bens ao patrimônio , gerando valor e controle total	Não gera patrimônio; depende de contrato com terceiros.
Autonomia operacional	Total autonomia para instalar, modificar e atualizar conforme necessidade.	Limitação por regras contratuais e suporte da locadora.
Durabilidade e vida útil	Equipamentos utilizados por toda a vida útil , maximizando o retorno	Uso limitado ao período contratado; troca depende de contrato.
Personalização dos ambientes	Alta flexibilidade para adequações permanentes no auditório e salas.	Personalizações podem ser restritas ou proibidas.
Continuidade das operações	Sem dependência de terceiros , reduzindo riscos de indisponibilidade.	Dependência total da empresa locadora para suporte e reposição.
Atualizações tecnológicas	Podem ser realizadas conforme planejamento do órgão.	Atualizações dependem de diretrizes e prazos da locadora.
Responsabilidade de manutenção	Responsabilidade do órgão, mas com custo previsível ao longo dos anos.	Geralmente inclusa, porém sujeita a prazos, filas e limitações.

Retorno sobre investimento	Alto , especialmente em ambientes permanentes e de uso institucional.	Baixo, pois os pagamentos não geram posse nem valorização.
Viabilidade para uso constante	Ideal para uso diário , com alta demanda, como auditório e reuniões.	Pode encarecer devido ao uso intenso e prolongado.

Tabela 4 – Análise comparativa de soluções com requisitos da administração pública.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			X

12. Registro de soluções consideradas inviáveis

Para modernização do auditório segue tabela com solução considerada inadequada para esse processo.

Tabela 5 – Soluções inviáveis para serviço

Nº	SOLUÇÃO	IMPACTO
2	Locação de equipamentos	A solução de locação dos equipamentos, embora permita acesso rápido à tecnologia, apresenta impactos relevantes para o órgão. O modelo gera custos recorrentes que, ao longo do tempo, podem superar significativamente o valor de aquisição definitiva. Também cria dependência contínua da empresa locadora para suporte, manutenção e substituição dos dispositivos, o que pode afetar a disponibilidade dos ambientes em caso de falhas ou atrasos no atendimento. Além disso, limita a personalização das instalações e impede que os equipamentos integrem o patrimônio institucional, reduzindo o retorno sobre o investimento e a autonomia operacional. Como resultado, a locação pode se tornar menos vantajosa para ambientes de uso intenso e permanente, como auditórios e salas de reunião corporativas.

13. Análise comparativa de custos (TCO)

Cálculo dos Custos Totais de Propriedade

Entendemos que em processos de aquisição e tomada de decisão para a implementação de novos equipamentos, a realização de um Mapa Comparativo de Cálculo Total de Propriedade (TCO) é uma prática recomendada para avaliar as diferentes opções disponíveis e seus custos totais ao longo do ciclo de vida. No entanto, na situação atual deste estudo, não foi viável realizar tal análise.

Como é possível observar durante o processo de análise e seleção para modernização do auditório e salas de reunião, foi identificado que existe uma única solução viável que atende integralmente aos requisitos técnicos, operacionais e financeiros da Brigada. Esta solução não apenas atende às especificações necessárias, mas também se destaca como a única opção prática e viável diante das condições atuais do mercado e das necessidades específica da 17ª BDAINFSL.

Justifica-se, após uma análise detalhada, que apenas a solução 1 de contratação como aquisição de equipamentos atende adequadamente a todos os requisitos administrativos, técnicos e operacionais exigidos pela Brigada. A solução identificada demonstra plena capacidade de atender às demandas de modernização, eficiência e confiabilidade necessárias para o projeto em questão. Isso dado, a solução 1 disponível é claramente adequada, a comparação com a alternativa (locação), pois é uma opção que não satisfaz os mesmos critérios com a mesma eficácia.

Outro ponto a ser destacado é que a solução 1 já demonstrou conformidade com todos os requisitos regulamentares e técnicos necessários. A análise comparativa seria redundante, uma vez que a solução escolhida já atende aos padrões exigidos e apresenta garantias de qualidade. Desta forma, priorizar a implementação da solução 1 que já está em conformidade com todos os requisitos garante que a 17ª Brigada de Infantaria de Selva receba um sistema eficaz e seguro sem a necessidade de comparação adicional

Ainda no aspecto de comparações, as políticas internas ou regulamentações acabam exigindo a escolha da solução 1 devido a acordos, contratos existentes ou necessidades de compatibilidade. Desta forma, entendemos que quando essas condições são atendidas por uma única solução, a análise comparativa pode não ser exigida.

Dada a viabilidade comprovada de apenas uma solução para o fornecimento de equipamentos para modernização do auditório e salas de reunião, e a adequação desta solução aos requisitos da Brigada, a realização do Mapa Comparativo de Cálculo Total de Propriedade (TCO) não é necessária neste caso. A solução identificada já demonstra ser a melhor opção disponível, atendendo integralmente às necessidades da organização e proporcionando uma solução eficiente e confiável. A decisão de seguir com a solução única disponível é, portanto, justificada pela clareza de adequação e pela eficiência no processo de aquisição.

Em relação ao MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO):

O mapa comparativo de preços foi elaborado exclusivamente para a modalidade de aquisição dos equipamentos, considerando a necessidade de obter valores consistentes para compra definitiva. Para sua composição, foram analisadas três propostas de preços fornecidas por empresas especializadas no fornecimento de soluções audiovisuais e de videoconferência. Essa metodologia assegura maior precisão na estimativa de custos, bem como conformidade com os princípios de pesquisa de mercado e economicidade.

Tabela 06 – Estimativa de TCO ao longo dos anos.

Ano -->	1	2	3
Item			
Painel de LED Indoor de Alta Definição	0	0	0
Processadora / Controladora para Painel de LED	0	0	0
Notebook para Controle de Sistemas Audiovisuais	0	0	0
Webcam PTZ 4K com Rastreamento Inteligente	0	0	0
Sistema de Som Line Array Ativo	0	0	0
Projektor Multimídia de Alta Luminosidade	0	0	0
Smart TV 85" 4K	0	0	0
Mesa de Som Digital Profissional			
Custo Total no Ano	0	0	0
Valor depreciado	0	0	0
Custo Total de Propriedade da Solução Viável em 36 meses com depreciação.			R\$ 0,00

Os valores apresentados na tabela representam apenas uma estimativa inicial obtida a partir das propostas de mercado, sem aplicação de descontos e sem terem passado pelo processo competitivo de um certame licitatório. É importante destacar que, em uma licitação, a concorrência entre fornecedores tende a reduzir significativamente os

preços, resultando em valores geralmente inferiores aos apresentados na pesquisa preliminar. Portanto, os montantes exibidos devem ser compreendidos como referenciais máximos, sujeitos à redução natural decorrente da disputa entre as empresas participantes do processo licitatório.

14. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Toda especificação técnica da solução está descrita no Termo de Referência, **Item 3.9.6**

15. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 249.119,30

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A tabela abaixo demonstra o custo total da contratação baseado na média das propostas enviadas para o Comando da Brigada.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Painel de LED Indoor de Alta Definição	1	R\$ 99.000,00	R\$ 99.000,00
02	Processadora / Controladora para Painel de LED	1	R\$ 5.720,00	R\$ 5.720,00
03	Notebook para Controle de Sistemas Audiovisuais	3	R\$ 16.494,60	R\$ 49.483,80
04	Webcam PTZ 4K com Rastreamento Inteligente	5	R\$ 5.180,00	R\$ 25.900,00
05	Sistema de Som Line Array Ativo	4 par	R\$ 5.210,00	R\$ 20.840,00
06	Projetor Multimídia de Alta Luminosidade	1	R\$ 22.990,00	R\$ 22.990,00
07	Smart TV 85" 4K	1	R\$ 8.999,00	R\$ 8.999,00
08	Mesa de Som Digital Profissional	3	R\$ 5.395,50	R\$ 16.186,50
TOTAL				R\$ 249.119,30

16. Justificativa técnica da escolha da solução

O auditório e as salas de reunião da instituição são utilizados de forma recorrente para atividades administrativas, estratégicas, instrucionais e cerimoniais. Em cenários de utilização diária ou frequente, a locação deixa de ser economicamente viável, já que os custos periódicos acumulados tendem a ultrapassar o investimento único da aquisição. A posse definitiva dos equipamentos favorece a sustentabilidade financeira a médio e longo prazo.

Tecnologias como painéis de LED, projetores laser, sistemas de videoconferência de nível corporativo e caixas line array possuem vida útil prolongada e baixa necessidade de substituição. A aquisição permite aproveitar integralmente esses ciclos tecnológicos, maximizando o retorno sobre o investimento e evitando renovações contratuais onerosas.

A aquisição garante controle total sobre os equipamentos e suas configurações, permitindo ajustes permanentes, atualizações de firmware, integração com outras soluções corporativas e personalizações estruturais – aspectos limitados na locação. Para ambientes institucionais estratégicos, a autonomia técnica é essencial para garantir disponibilidade contínua e resposta rápida a necessidades específicas.

Na modalidade de locação, manutenções, trocas e suporte dependem integralmente da empresa contratada, o que pode gerar indisponibilidade dos ambientes em momentos críticos caso ocorram falhas nos equipamentos. Com a aquisição, o órgão define seus próprios protocolos de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo riscos de interrupção das operações.

Equipamentos de videoconferência e processamento audiovisual frequentemente armazenam configurações de rede, perfis de uso e credenciais. Na locação, a rotatividade dos dispositivos pode representar riscos adicionais. A aquisição garante que os equipamentos permaneçam sob gestão exclusiva do órgão, permitindo políticas rígidas de segurança, controle de acesso e conformidade com as diretrizes internas.

Ao adquirir os equipamentos, o órgão incorpora ativos com valor residual que permanecem disponíveis por toda a sua vida útil. Isso traz previsibilidade orçamentária, reduz gastos recorrentes e simplifica o planejamento financeiro plurianual. Na locação, os valores são temporários, não geram patrimônio e são impactados por renovações, reajustes e variações de mercado.

Os ambientes modernizados dependem de integração entre múltiplos sistemas (áudio, vídeo, LED, videoconferência, automação). A aquisição permite que todo o ecossistema seja unificado em projeto único e permanente. Na locação, substituições periódicas podem gerar incompatibilidades entre modelos, softwares, protocolos e interfaces.

17. Justificativa econômica da escolha da solução

Esse processo justifica-se economicamente viável conforme demonstrado no item 11 deste documento.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Segue uma tabela clara e objetiva apresentando os principais benefícios alcançados com a contratação para aquisição dos equipamentos:

Benefício	Descrição do Benefício
Qualidade Visual	<ul style="list-style-type: none">• Imagens de alta resolução com painéis de LED e Smart TVs ≥ 80"• Projeções mais nítidas e brilhantes com projetores laser

Qualidade Sonora	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição uniforme de áudio com caixas de som tipo array • Controle avançado e profissional do som com mesa digital
Comunicação e Integração	<ul style="list-style-type: none"> • Videoconferências mais eficientes com sistemas 360° • Melhoria na interação em reuniões híbridas e eventos do órgão
Autonomia Operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Controle total sobre as instalações e configurações • Ausência de dependência de empresas locadoras
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos sob gestão exclusiva da instituição • Redução de riscos relacionados a dispositivos rotativos ou compartilhados
Eficiência e Produtividade	<ul style="list-style-type: none"> • Agilidade em reuniões, instruções e apresentações • Redução de interrupções por falhas ou indisponibilidade de suporte externo
Custo-Benefício a Longo Prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação de gastos recorrentes de locação • Aproveitamento da vida útil completa dos equipamentos adquiridos
Patrimônio Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporação dos equipamentos ao acervo da instituição • Valorização dos ambientes modernizados
Padronização e Integração Técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Unificação dos sistemas de áudio, vídeo e comunicação • Facilidade de manutenção e expansão futura
Melhoria na Experiência do Usuário	<ul style="list-style-type: none"> • Ambientes mais modernos, funcionais e intuitivos • Melhor experiência para público interno e externo

A Equipe de Planejamento declara que as especificações técnicas, requisitos de garantia, serviços acessórios, critérios de desempenho e quantitativos definidos no presente estudo foram estabelecidos com fundamento em necessidade administrativa real e em critérios técnicos objetivos, constituindo parâmetros mínimos necessários ao atendimento do interesse público, sem restrição injustificada à ampla competitividade e sem direcionamento a fornecedor, marca, fabricante ou produto determinados.

19. Providências a serem Adotadas

Licitar o projeto em forma de pregão para seleção da oferta mais vantajosa para a Brigada;

Publicação do Edital: O edital contendo todas as informações sobre a licitação deve ser publicado de acordo com os prazos e procedimentos definidos em lei.

Divulgação e Ampliação da Concorrência: Divulgar o edital em locais de amplo acesso, em plataformas oficiais, para garantir que um número suficiente de fornecedores em potencial tenha conhecimento da licitação.

Esclarecimento de Dúvidas: Durante o período de preparação e envio das propostas, permitir que os fornecedores façam perguntas e solicitem esclarecimentos sobre o edital.

Recebimento de Propostas: Estabelecer prazo para a apresentação das propostas pelos fornecedores interessados;

Análise das Propostas: Avaliar as propostas recebidas com base nos critérios definidos no edital, como preço, qualidade, prazo de entrega, entre outros.

Habilitação dos Fornecedores: Verificar se os fornecedores que apresentaram as melhores propostas atendem aos requisitos de habilitação, como regularidade fiscal e jurídica.

Julgamento da Licitação: Realizar a sessão de julgamento para declarar o vencedor da licitação com base na combinação de preço e qualidade, conforme os critérios estabelecidos no edital.

Recurso e Impugnação: Permitir que os participantes recorram das decisões, se necessário, e forneça um procedimento para resolver impugnações ou contestações.

Adjudicação e Homologação: Após a fase de recursos, declarar o vencedor da licitação e, em seguida, homologar o resultado.

Contratação e Execução: Elaborar o contrato com o fornecedor vencedor e monitore a execução do contrato para garantir que os termos sejam cumpridos.

Possíveis Impactos Ambientais Considerando o Decreto n.º 7.746/12, a Lei n.º 12.305/10, a IN MP n.º 01/10, a Portaria MP n.º 20/16, para a presente contratação, aplicar-se-ão os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

Adotar processos administrativos na sua forma eletrônica.

Os documentos deverão ser gerados e mantidos em sua forma digital e, com o objetivo de garantir a integridade dos mesmos, nestes poderão ser utilizados recursos tecnológicos de segurança da informação.

O objetivo da referida adoção é reduzir o número de cópias e impressões em papel.

A execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Os serviços fornecidos pela contratada deverão ser executados prevendo as boas práticas de sustentabilidade encontradas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e na legislação ambiental, as quais farão parte das obrigações previstas para a contratada

A CONTRATADA deverá, na execução do contrato, adequar suas ações às normas da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados

20. Declaração de Ciência dos Integrantes

Os militares/servidores abaixo assinados declaram, para os devidos fins, que **tomaram ciência de sua designação** conforme publicação em boletim interno Nr 223, de 28 de novembro de 2025, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação referente ao processo administrativo nº **64315.001510/2026-81**, comprometendo-se a desempenhar as atribuições inerentes às funções para as quais foram designados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e com as demais normas aplicáveis.

Declaram, ainda, estar cientes da necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, segregação de funções, motivação, planejamento, padronização, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Porto Velho-RO 24 de abril de 2026.

TÚLIO GUSTAVO OLIVEIRA DE BRITO

Integrante Requisitante / Chefe da Equipe de Planejamento e Contratação

FELIPE DE SÁ DA SILVA

Integrante Administrativo / Membro da Comissão de Contratação

JONATA SILVA LIMA

Membro da Comissão de Contratação

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

Mostra-se exequível a realização da contratação de serviço pretendida não só no aspecto técnico, mas também econômico/administrativo, conforme demonstrado neste documento, para o atendimento das necessidades de gestão de capacidade dos elementos de infraestrutura necessários para modernização do auditório e salas de reunião da 17ª BDAINFSL;

Aos aspectos técnicos, administrativos e econômicos, declara-se que a aquisição, apresentada neste documento, como viável, uma vez que existem fornecedores no mercado ofertando regularmente os produtos necessários para alcançar os resultados pretendidos pela 17ª BDAINFSL.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERIC DOS SANTOS FONTES

Chefe da seção de tecnologia da informação

TULIO GUSTAVO OLIVEIRA DE BRITO

Chefe da equipe de planejamento e contratação

FELIPE DE SA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

JONATA SILVA LIMA

Membro da comissão de contratação

